Art. 2º O endereço resultante do desdobro do Lote descrito no art. 1º desta Portaria passa a ser:

I - Lote 05A, Rua Copaíba, Região Administrativa de Águas Claras – RA XX; e
II - Lote 05B, Rua Copaíba, Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

Art. 3º As dimensões resultantes do desdobro, as novas confrontações e os parâmetros urbanísticos aplicáveis constam do Projeto de Urbanismo de Desdobro - URB 113/2023 e Memorial Descritivo – MDE 113/2023.

Art. 4º Fica autorizada a inclusão de nota no Projeto de Urbanismo - URB 137/1993 com a seguinte redação: "Nota: Este projeto foi alterado pela URB 113/2023 e MDE 113/2023 no que se refere ao desdobro do Lote 05, da Rua Copaíba, situado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX."

Art. 5º Os documentos urbanísticos relacionados ao presente ato devem estar disponíveis no endereço eletrônico <http://www.sisduc.seduh.df.gov.br/>, no prazo máximo de 5 dias, contados a partir da entrada do documento na unidade responsável pelo arquivamento, conforme determina a Portaria nº 87, de 27 de setembro de 2024, que estabelece os procedimentos, no âmbito do órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, para as anotações das alterações dos projetos de urbanismo e sua disponibilização no Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica do Distrito Federal – Sisduc, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 175ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo segundo dia do mês de outubro de dois mil e quatro, às nove horas, ocorreu a 175ª reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - Conam/DF realizada na forma presencial, na sala plenária, Edifício Sede da FIBRA, localizada no 2º andar, SIA - Trecho 3, Lote 225, Brasília/DF, atendendo à convocação do seu presidente, o senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, GUTEMBERG GOMES. A reunião foi presidida pela Conselheira suplente da SEMA/DF no Conam/DF, ELEUTERIA GUERRA PACHECO MENDES. Fizeram-se presentes os conselheiros: ADAUTO SANTOS DO ESPÍRITO SANTO (ABES/DF), ADELINO JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR (PM/DF), ALBATÊNIO RESENDE GRANJA (TERRACAP), ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES (SO/DF), ANDRÉ LUIZ SILVA ROCHA (SES/DF), ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTTI (CAU/DF), ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO (SEAGRI/DF), CLAYSON AUGUSTO MARQUES FERNANDES (CBM/DF), DÉBORA TOMAZ CANTUÁRIA CLEMENTE (CREA/DF), ELEUTERIA GUERRA PACHECO MENDES (SEMA/DF), HAMILTON CAVALCANTE MARTINS (SEE/DF), JOÃO DALDEGAN SOBRINHO (CCAS), LUCIANO DANTAS DE ALENCAR (SINDUSCON), MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF), MAURÍCIO SHOJI HATAKA (SEEC/DF), OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN (FIBRA/DF), PAULO ROBERTO CORREA TAVARES (FECOMERCIO), RAQUEL MILANO (OCA DO SOL), REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DE ONGS), TEREZA DA COSTA FERREIRA LODER (SEDUH), VALTERSON DA SILVA (BRASÍLIA AMBIENTAL) E VLADIMIR DE ALCÂNTARA PUNTEL FERREIRA (CAESB). Participaram como ouvintes: ANGELO MAXIMO SOUSA DOS SANTOS (CCAS/DF), FERNANDO FIDELIS (SEMA/DF), GLAUCO AMORIM DA CRUZ (SEMA/DF), JESSICA R. B. OLIVEIRA (IPE/DF), LEANDRO DE ALMEIDA SALLES (IPE/DF), LUDMILA DE ARAUJO CORREIA (CAU/DF), LOURDES MARTINS DE MORAIS (BRASÍLIA AMBIENTAL) e NATANAEL ANTUNES (BRASÍLIA AMBIENTAL). A reunião foi coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID (SEMA/DF). Confirmado o quórum necessário para segunda convocação, O Presidente cumprimentou a todos, deu boas vindas e declarou aberta a sessão. O Presidente iniciou com o item I da Pauta. I – Deliberações. Item 1: Apreciação e deliberação da Ata da 174ª RO. A Presidente informou que a ata foi enviada junto com os demais documentos da pauta, dentro do prazo regimental, e que não houve pedido de ajuste na ata. Submeteu à votação. A ata foi aprovada, por unanimidade. Passou para o item 2 da pauta - Processo nº (00393-00000156/2023-46-105106674 – Ofício Ciplan sobre importação de resíduos) 04039-00000458/2023-96 – 147132848 – Deliberações acerca do Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre a solicitação de Importação de Resíduos de outras unidades da federação – Apresentação IBRAM/DF. A Presidente fez um breve resumo, onde informou que se trata do ofício da Ciplan sobre a importação de resíduos e que o grupo de trabalho apresentaria o relatório final sobre a solicitação. O processo da Ciplan havia chegado ao Conam/DF por meio do Ofício 041/2023, solicitando autorização para importação de resíduos combustíveis alternativos, conforme os volumes apresentados, para coprocessamento oriundo de outras unidades da Federação. O objetivo era atender à capacidade produtiva dos três fornos de clínquer em operação. O Conam/DF solicitou manifestação prévia do Brasília Ambiental antes de submeter o processo ao Conselho, e esta foi atendida pela Manifestação Técnica 18.522. O processo foi discutido na 168ª reunião ordinária do Conam/DF, onde foi deliberada a criação de um grupo de trabalho (GT) para análise, com a orientação de trabalhar em alinhamento com o GT do Conam/DF e a legislação vigente sobre fornos de clínquer no

DF. Após aprovação da legislação regulatória, o GT concluiu a análise do pedido da Ciplan. Finalizando esses esclarecimentos, a Presidente convidou a conselheira Maria de Lourdes/Brasília Ambiental, para apresentar o relatório. Lourdes relatou o andamento do grupo de trabalho criado com base na Decisão 12/2023 - Conam/DF. O grupo, composto por SEMA/DF, FIBRA/DF, ABES/DF, Brasília Ambiental, ABCP, CREA/DF, Sinduscon e com participação do SLU, realizou reuniões virtuais para análise. Ela explicou que, segundo a Política Distrital de Resíduos Sólidos, os resíduos de outros estados só podem ser aceitos no DF após deliberação do Conam/DF, e que cimenteiras, ao utilizarem resíduos como combustível alternativo, necessitam da referida autorização. Lourdes detalhou o coprocessamento, onde fornos de clínquer substituem o coque de petróleo por resíduos alternativos, como cascas de madeira, CDR (Combustível Derivado de Resíduos) e outros materiais, reduzindo o uso de combustíveis fósseis, o volume de resíduos em aterros e as emissões de gases de efeito estufa. No DF, os quatro fornos de clínquer possuem licença para coprocessamento e seguem a regulamentação da Resolução 01/2024 - Conam/DF, que define limites para emissões e exige monitoramento contínuo com sistemas de intertravamento, garantindo interrupção caso os limites de poluentes sejam excedidos. Ela destacou ainda a parceria entre as cimenteiras para modernizar a rede de monitoramento da qualidade do ar, com dados disponíveis em tempo real no site MonitorAr do Ministério do Meio Ambiente. Apontou que a Ciplan e a Votorantim utilizam biomassa (63%), pneus (16%) e CDR (25%) em suas matrizes energéticas, com 23% dos resíduos provenientes do DF e o restante de outros estados. O grupo concluiu que o coprocessamento é uma alternativa importante para reduzir a dependência de coque de petróleo e as emissões de gases de efeito estufa. Lourdes defendeu a articulação intersecretorial para tratar resíduos do DF, com a recomendação de que a Ciplan e a Votorantim sejam autorizadas a receber resíduos externos e incentivadas a utilizar insumos locais. Após a apresentação a Presidente passou a palavra ao Conselheiro João/CCAS. João questionou se existe um limite máximo para a utilização de pneus e outros derivados de petróleo, evitando uma queima similar ao coque de petróleo, dado que o objetivo é reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Aproveitou para indagar se há exigências quanto à preferência por resíduos locais, para evitar que em eventuais situações a empresa opte por importá-los de outras regiões. Lourdes explicou, em resposta ao primeiro questionamento, que, durante o Licenciamento Ambiental, é realizado um teste de queima para estabelecer a taxa máxima de cada resíduo, garantindo a emissão mínima de poluentes. Ela destacou que as emissões podem ser acompanhadas em tempo real pelo site e que o sistema de intertravamento assegura a paralisação do forno caso haja emissão acima das taxas permitidas. Sobre o segundo questionamento, Lourdes informou que o grupo de trabalho discutiu amplamente a possibilidade de definir uma porcentagem de resíduos locais, mas, devido à variabilidade dos resíduos e à disponibilidade sazonal de materiais como cascas de açaí, coco e pneus no Distrito Federal, não houve consenso sobre estabelecer uma taxa fixa. Ela ressaltou que o coprocessamento é uma estratégia eficiente para reduzir gases de efeito estufa, mas pode, em alguns casos, alterar a composição da emissão de poluentes, razão pela qual o monitoramento contínuo da qualidade do ar é essencial. O Conselheiro João complementou, observando que o pneu possui alto poder calorífico, sendo uma alternativa mais eficiente do que galhos, por exemplo, pois um pneu pode equivaler a uma tonelada de galhos. Ele ressaltou que, sem limitações, a importação de pneus para o DF poderia aumentar, dado o benefício econômico e energético de sua queima. Lourdes esclareceu que, apesar do poder calorífico, o pneu é mais caro do que a biomassa, então as empresas costumam fazer uma mistura, ou "blend", combinando CDR, pneus e até coque. Informou que, atualmente, as empresas substituem cerca de 45% do coque e têm a meta de alcançar 100% no futuro, sempre com o foco na segurança ambiental. Regina/Fórum de ONGs agradeceu pela apresentação e destacou a importância de um olhar socioambiental no tratamento de resíduos sólidos. Ela ressaltou que muitas comunidades, especialmente catadores, dependem desse trabalho para sobreviver e que estão em situação de vulnerabilidade. Regina enfatizou que é essencial incluir esses grupos no planejamento, considerando tanto a ecologia ambiental quanto a social, pois o cuidado com o meio ambiente também é cuidado com as pessoas. Ela sugeriu que as empresas considerem uma abordagem sistêmica, que valorize tanto o aspecto ecológico quanto o humano. Regina ainda apoiou a criação de um novo GT para promover uma abordagem intersecretorial, facilitando diálogos entre diferentes atores da sociedade. Compartilhou um exemplo de um projeto na Flórida, onde um antigo lixão foi transformado em um parque, sugerindo que o DF explore soluções inovadoras. Reiterou a importância de se aprender com práticas internacionais já bem-sucedidas, promovendo assim um debate enriquecido sobre soluções para a crise climática e para um futuro sustentável. Lourdes agradeceu pela contribuição de Regina e explicou que o CDR envolve um processo de separação: todos os materiais recicláveis são retirados antes, e apenas os rejeitos não recicláveis são processados para o CDR. Assim, o CDR não compete com as atividades das associações de catadores, que podem continuar realizando a triagem dos recicláveis. Lourdes sugeriu que o novo GT fosse coordenado pelo SLU, que poderia selecionar e destinar resíduos diretamente às cimenteiras. No entanto, destacou a necessidade de infraestrutura para triturar materiais como podas e galhadas, observando que isso poderia ser um desafio operacional. Antônio/SEAGRI sugeriu incluir um representante da Secretaria de Projetos Especiais (SEPE) no GT, ressaltando que a SEPE possui experiência relevante em projetos voltados para resíduos sólidos urbanos. Antônio mencionou sua participação em iniciativas de parcerias para o desenvolvimento dos ecoparques, que atualmente aguardam aprovação no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Esses ecoparques foram planejados para melhorar a gestão dos resíduos residenciais, realizando a separação de materiais orgânicos, recicláveis e rejeitos que poderiam ser processados em unidades de blendagem. Além disso, o projeto prevê a geração de receita pela venda de CDR e biogás resultante da fermentação de

resíduos orgânicos. Ele informou que há três ecoparques planejados (em Sobradinho, Gama e Plano Piloto), cuja gestão estratégica integraria resíduos do Distrito Federal e de municípios vizinhos. Com isso, Antônio reforçou a importância de integrar a SEPE ao GT para aproveitar o conhecimento técnico acumulado na área. Olivia/Fibra parabenizou o grupo de trabalho pelo progresso alcançado no tema de coprocessamento e destacou que a FIBRA tem promovido essa prática desde 2018, colaborando com a SEMA/DF e o SLU. Ela observou o avanço significativo na utilização do CDR, ressaltando a importância do coprocessamento para a economia circular, já que reduz não só os resíduos enviados ao aterro, mas também a extração de matérias-primas do meio ambiente, resultando em uma menor emissão de poluentes tanto pelas cimenteiras quanto pelo processo de obtenção desses materiais. Olivia também comentou que o mercado de capital reciclável começa a se consolidar, com novos players interessados em investir na área, o que contribui para uma estrutura mais robusta que pode atender tanto as cimenteiras quanto processar o rejeito das cooperativas e das unidades de triagem. Ela concluiu destacando o avanço positivo nesse tema. Aduato/ABES destacou a importância de realizar uma análise mais ampla da gestão de resíduos sólidos antes de aprovar a importação de resíduos no DF, ressaltando que, devido às dificuldades locais, o DF pode em breve ser obrigado a exportar resíduos para a região do Entorno. Ele lembrou a saída do GDF de um consórcio voltado para a gestão de resíduos sólidos e sugeriu que se discuta as implicações dessa decisão, especialmente considerando a capacidade limitada de tratamento e disposição do DF. Aduato também mencionou que a CAESB pode precisar exportar lodo devido ao excesso de produção no DF, alertando para o esgotamento antecipado da vida útil do aterro sanitário. Ele sugeriu que o novo grupo de trabalho examine a composição dos resíduos que serão importados para garantir que o DF não acabe absorvendo materiais indesejáveis de outras regiões. Finalizou reforçando a necessidade de um GT que avalie o panorama geral dos resíduos no DF antes de tomar qualquer decisão sobre a importação de resíduos, para evitar agravar a situação. Lourdes esclareceu que a importação de resíduos de outros estados é restrita aos que já estão licenciados, como o CDR, pneus e biomassa, enquanto resíduos perigosos, como hospitalares e vasilhames de agrotóxicos, foram excluídos após longas discussões, priorizando resíduos menos nocivos. Ela reforçou a importância de desenvolver uma geração local desses resíduos no DF, destacando que proibir a importação pode levar as empresas a recorrerem ao coque de petróleo, que é ainda mais prejudicial e precisa ser importado. Lourdes sugeriu a criação de um prazo de até dois anos para que o DF estruture sua cadeia de resíduos sólidos, evitando que a produção local fique vulnerável. Ela enfatizou que a gestão dos resíduos sólidos no DF tem sido historicamente desorganizada, mas acredita que o processo está evoluindo e que é preciso encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento da cadeia e as necessidades produtivas. A Presidente solicitou que a relatora, Lourdes, fizesse a leitura dos apontamentos finais antes da votação. O Conselheiro Aduato pediu a palavra e destacou que, antes da votação, seria importante considerar as contribuições e sugestões de complementação feitas por outros Conselheiros. A Secretaria Executiva informou que todas as propostas foram anotadas e seriam incluídas na votação. Glauco Amorim/SEMA/DF solicitou a palavra e ressaltou que a proposta de criação de um GT converge com as observações feitas por Regina Fittipaldi, João e Aduato. O GT teria a prerrogativa de discutir e definir quais resíduos podem ou não ser incorporados ao processo de coprocessamento, incluindo os percentuais de cada tipo. Ele explicou que, com esse passo, estão cumprindo o previsto no Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS), que estabelece a implementação da Rota Tecnológica do coprocessamento para o ano de 2024, o sexto ano do plano. Segundo Glauco, o GT é uma medida necessária para integrar e atender todas as demandas levantadas. Lourdes finalizou informando que, devido à complexidade da questão, sugere-se que as empresas cimenteiras Ciplan e Votorantim sejam autorizadas a importar resíduos nacionais de outros estados para o coprocessamento nos fornos de clínquer, conforme as condicionantes do licenciamento ambiental, com foco na redução das emissões distritais de gases de efeito estufa do setor cimenteiro. Simultaneamente, sugere-se a criação de um novo grupo de trabalho no âmbito do Conselho, com participação ou relatoria do SLU, para implementar uma política pública ou um acordo intersetorial para a destinação de pneus, podas, galhadas e demais resíduos para o coprocessamento. O grupo também promoveria o desenvolvimento de incentivos para a criação de unidades de triagem e preparação de resíduos sólidos, como blendeiras e equipamentos equivalentes, que sejam previamente submetidos a triagem, classificação ou tratamento. A Presidente submeteu o relatório apresentado em votação. Registrado as abstenções da ABES/DF e do Instituto Oca do Sol, o relatório foi aprovado por maioria, incluindo os encaminhamentos para a criação do novo grupo de trabalho. A Secretaria Executiva apresentou o seguinte objetivo do GT, já incluindo a sugestão da Conselheira Regina: Propor política pública ou acordo intersetorial para a destinação de pneus, podas, galhadas e demais resíduos que possam ser destinados rapidamente para o coprocessamento em fornos de clínquer; Propor política de incentivos para a criação de unidades de preparo (blendeira) da triagem de resíduos sólidos urbanos e equiparados, que tenham sido previamente submetidos à triagem, classificação ou tratamento, considerando os aspectos sócios ambientais e as comunidades que participam do processo de gestão de resíduos sólidos. A Presidente submeteu o objetivo do GT à votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, foi definida a composição do GT com as seguintes instituições: SEMA/DF, SES/DF, Brasília Ambiental, FIBRA e Cau/DF. Além dessas instituições, os Conselheiros sugeriram a inclusão da CACI/DF e da UnB, que, no momento, estavam ausentes. Por fim foi estabelecido que a SEMA/DF coordenará o GT, com prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data da primeira reunião. Sem mais colocações a Presidente passou para o Item 3 da pauta: Processo nº 00391-00004295/2018-38 - 145317020 - Relativo à Licença Prévia para Exploração Mineral de

Calcário Dolomítico, de interesse de PEDRAÇON MINERAÇÃO LTDA, localizada na DF-205 - Km 4, Queima lençol S/N Fercal RA. Apresentação do relatório – SEAGRI/DF. A Presidente fez um breve resumo informando que o processo foi submetido a SEMA/DF pelo Brasília Ambiental, se trata do procedimento para emissão de licença prévia em análise pelo Brasília Ambiental, referente à exploração mineral de calcário dolomítico. O processo foi distribuído para relatoria da SEAGRI na 174ª reunião ordinária, sendo então passada a palavra ao Conselheiro Antônio Barreto para apresentação do relatório. Antônio Barreto, engenheiro agrônomo do DF desde 2009, relatou o processo de licenciamento para exploração de calcário dolomítico. Ele contextualizou a relevância histórica da mineração na Fercal, essencial para a economia do DF desde 1956, com impacto direto na geração de empregos e no sustento dos 9.400 habitantes locais. Destacou que a atividade mineral contribuiu com arrecadação fiscal voltada a áreas prioritárias como saúde, educação e assistência social. Sobre a mineradora Pedracon, relatou que esta extrai calcário dolomítico, indispensável para correção do solo e aumento da produtividade agrícola, além de servir como insumo na construção civil. Explicou que o calcário dolomítico fornece cálcio e magnésio, nutrientes que elevam a resistência e a produtividade das plantas. Barreto detalhou o licenciamento ambiental em curso, que contemplou a solicitação de licença prévia para duas áreas adicionais, formalizadas na ANM em 1988 e 2010. A fase inicial do licenciamento não implicou impacto ambiental imediato, pois os potenciais impactos seriam avaliados na fase seguinte. Informou, ainda, que a Terracap emitiu parecer favorável ao prosseguimento do licenciamento em julho de 2024, com retorno ao Conselho para análise final. O Conselheiro João/CCAS perguntou se a licença prévia abarcava toda a área, incluindo as áreas exploradas. Antônio respondeu que sim, pois a LP deveria abranger todo o empreendimento, trazendo regularização para os pedidos em análise. Antônio explicou que a concessão minerária de 61 hectares, abrangendo áreas da Terracap dentro dos polígonos da ANM, incluía cerca de 15 hectares onde foi identificado o minério. Observou que, embora a LP compreendesse a área total, a futura Licença de Instalação (LI) atenderia apenas à área onde se constatou a presença de minério. O Conselheiro Aldo/SO/DF esclareceu que, no passado, o DNPM bloqueava a área a ser explorada, e, por isso, a LP abrangia toda a área disponibilizada pelo órgão, considerando a legislação do subsolo. Antônio complementou a fala de Aldo, explicando que a legislação de subsolo no Brasil prevê que a concessão da área seja dada a quem a registra primeiro na ANM. Assim, uma vez protocolada, o requerente tem direito à jazida, permitindo um planejamento adequado que minimize conflitos com outras ocupações da área, como a expansão urbana. Antônio detalhou que, dos 61 hectares sob licença prévia, apenas uma parte será efetivamente explorada, conforme descrito no parecer do Brasília Ambiental. Antônio esclareceu que, no EIARIMA, foram analisados potenciais impactos ambientais, incluindo nascentes, fauna e flora, e o estudo de uma caverna na área. Esses dados fundamentaram o cálculo da compensação ambiental, método já validado pelo Tribunal de Contas da União em 2010. Ele também ressaltou que o empreendedor deve assinar um termo de compromisso financeiro com o governo para garantir a recuperação da área degradada. Antônio mencionou ainda o uso de seguros e garantias financeiras para assegurar a mitigação dos impactos ambientais e a recuperação final da área explorada, exemplificando com o caso da Votorantim, onde foi emitido um cheque caução em 2018. João/CCAS solicitou que o relator comentasse sobre o EIARIMA para avaliar a conformidade do processo de licenciamento. Antônio reforçou a complexidade do licenciamento de mineração, destacando a análise socioeconômica e ecológica realizada para minimizar os impactos na biodiversidade da área. Em seguida, exibiu fotos da área de licença, indicando o alcance da licença e áreas a serem futuramente exploradas. No relatório final, foi indicada a concessão de uma licença prévia por quatro anos, visando a exploração de calcário dolomítico na região da Fercal, conforme parecer técnico do Brasília Ambiental. O estudo de impacto ambiental, iniciado em 1998 e atualizado em 2018, incluiu análises de fauna, flora, drenagem, controle de ruído e cavidades naturais. Todos os critérios foram avaliados e considerados satisfatórios, levando o relator a emitir voto favorável à licença, desde que sejam atendidas as medidas preventivas e compensatórias estipuladas. Manoel/Ibama questionou a necessidade de manifestação do gestor da APA do Planalto Central, mencionando que o parecer indicava a importância dessa consulta devido ao zoneamento ambiental. Observou também que, durante a apresentação, não houve menção às unidades de conservação, e manifestou dúvidas pela ausência dessa manifestação. Antônio respondeu que o Brasília Ambiental se manifestou, apontando que, como o processo foi requerido em 1988 e passou pelo Ibama, não seria necessário novo parecer do ICMBio. Manoel indicou que não localizou esse parecer no material enviado aos Conselheiros e, considerando a criação da APA em 2002 e o zoneamento estabelecido posteriormente, sugeriu a consulta ao Instituto Chico Mendes para maior clareza. Antônio acrescentou que o parecer conclusivo foi emitido pelo Brasília Ambiental em julho de 2024, após análise da documentação do empreendedor, conforme solicitado em 2020. Natanael do Brasília Ambiental explicou que o artigo 7º da norma 428 dispõe que a consulta a respeito da unidade de conservação é válida apenas se esta tiver sido criada antes do pedido de licenciamento, o que não se aplica ao caso, já que o pedido data de 1988 e a unidade foi criada em 2002. Manoel questionou se o estudo ambiental contemplava o zoneamento da APA do Planalto Central, e Natanael respondeu afirmativamente. Manoel, contudo, apontou que não encontrou detalhes sobre as restrições da zona da APA na apresentação. João afirmou que a apresentação focou mais na defesa do empreendimento do que nos impactos ambientais. Destacou a necessidade de mais segurança sobre os potenciais impactos e as medidas de mitigação, indicando que se sentia inseguro para votar. A Presidente substituiu a anunciada a chegada do Presidente Gutemberg Gomes, que assumiria após o item em pauta. Ludmila/Cau/DF expressou incômodo com o foco da apresentação na empresa em vez dos impactos a serem avaliados pelo Conam/DF. Observou que o estudo deveria detalhar as implicações socioeconômicas

e ambientais para a comunidade local, uma das mais pobres do DF, bem como as possíveis medidas de mitigação. Débora/CREA/DF esclareceu que, conforme a legislação, não caberia exigir a análise do Instituto Chico Mendes (ICMbio) para o empreendimento, uma vez que o processo fora iniciado antes da lei e não poderia ser retroativo. Indicou que o Brasília Ambiental seguiu os protocolos, fiscalizou o empreendimento e verificou todos os planos apresentados. Regina/Fórum de ONGs questionou a interpretação da legislação quanto à continuidade do empreendimento em área antropizada, defendendo a necessidade de recomposição do Cerrado. Observou a ausência de informações sobre a sub-bacia hidrográfica afetada e ressaltou que o impacto hídrico deveria ser analisado com profundidade, destacando a sensibilidade do Cerrado e a importância de uma análise sistêmica do território. Antônio afirmou que o parecer encaminhado junto ao relatório indicou que o licenciamento limita a exploração a quatro áreas, totalizando menos que os 61 hectares inicialmente mencionados, o que asseguraria uma amarração de áreas específicas dentro do processo de licenciamento. Por fim o Conselheiro Luciano/Sinduscon pediu vistas do processo. Manoel solicitou que o parecer técnico, citado no relatório, fosse disponibilizado aos Conselheiros, indicando que o Instituto Chico Mendes não precisaria se manifestar no processo. Luciano/Sinduscon requereu vistas do processo, sendo acompanhado por representantes do Cau/DF, Fibra, CCAS, Abes/DF, Fórum de ONGs, SO/DF e CREA/DF. O prazo regimental para apresentação ficou estabelecido para a próxima reunião do Conam/DF, com envio da documentação com antecedência mínima de quinze dias, conforme o regimento. O Presidente passou para o item 4 da pauta. Processo nº 04039-00001394/2024-21 - Apresentação do Documento Base com as recomendações da CJAI/CONAM/DF sobre aprimoramento do Ato Fiscalizatório, com vistas a evitar nulidade de autos de Infração, motivados por vício insanável no Processo. A Secretária Executiva informou que o documento base, elaborado para orientar os fiscais do Brasília Ambiental e evitar nulidades em processos de fiscalização, fora apresentado pelo Presidente da CJAI na 174ª RO do CONAM/DF. Na ocasião, os Conselheiros solicitaram o compartilhamento para contribuições, atendido posteriormente com apenas uma contribuição do Conselheiro Aduato/Abes/DF. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Aduato para a apresentação. Aduato/Abes/DF explicou que a solicitação de prazos adicionais para contribuições visou abordar não apenas nulidades legais, mas qualquer erro processual que resultasse em anulação de multas, após trâmites longos. Ele mencionou ter analisado processos dos últimos dois a três anos, identificando causas frequentes de nulidade, como cerceamento de defesa e erro material. Como exemplo, Aduato citou casos analisados na 162ª RO do CONAM/DF, onde houve falta de legitimidade passiva e ausência de relatórios de vistoria a campo, o que considerou grave. O relatório apresentado enumerou esses pontos e sugeriu que o Brasília Ambiental adotasse ações corretivas para evitar novas nulidades. Ele também recomendou que os processos, mesmo quando anulados por erros, fossem enviados para sanção e aplicação das devidas multas caso fossem identificados danos ambientais. Por fim, sugeriu o envio de casos de crime ambiental aos órgãos policiais competentes para instauração de investigações civis e criminais paralelas, assegurando maior rigor na punição de infrações ambientais. O Conselheiro Valterson/Brasília Ambiental pediu a palavra e informou que considera as observações do Conselheiro Aduato pertinentes, especialmente quanto às causas de nulidade dos processos. Explicou que, por exemplo, a falta de um relatório de campo não foi o único motivo para nulidade, mas sim a ausência de fundamentação nos pressupostos de fato e de direito da infração. Valterson apontou que desde a posse do Presidente Rôney, em 2023, o Brasília Ambiental passou por uma reestruturação com foco na tecnicidade dos julgamentos dos Autos de Infração. Ele também mencionou que o encaminhamento para apuração criminal já ocorre, conforme exigido por lei, e que o órgão acolherá recomendações pertinentes e apresentará eventuais contraposições ao CONAM/DF, se necessário. O Presidente submeteu as recomendações à votação, aprovadas por unanimidade. Em seguida, ele passou para o próximo item da pauta, item II da pauta. Apresentação. Item I: Apresentação da Calculadora Verde – Instituto de Pesquisa e estatística do Distrito Federal – IPE/DF. O Presidente informou que a pauta seguinte trata da apresentação da Calculadora Verde, uma ferramenta desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE/DF) para apoiar o planejamento de ações governamentais, especialmente na medição das emissões de gases de efeito estufa, com o intuito de contribuir para a preservação do Cerrado brasileiro. Considerando a relevância da ferramenta, o Presidente destacou a importância de apresentá-la ao Conselho. Em seguida, os membros do IPE/DF, para apresentarem os objetivos e funcionalidades da Calculadora Verde. Leandro/IPE/DF expressou gratidão pelo convite e mencionou que o projeto da Calculadora Verde foi iniciado em 2023, finalizado em 2024 e lançado recentemente. Explicou que a Secretaria de Economia propôs o desenvolvimento de um índice para articular políticas públicas de modo a apoiar o compromisso do governo no enfrentamento das mudanças climáticas no DF. O projeto contou com uma equipe de cinco pesquisadores especializados e visou identificar o padrão de emissões no Distrito Federal, onde o setor de energia, especialmente transporte, representa cerca de 55% das emissões. Outros setores importantes incluem resíduos e processos industriais. Leandro destacou as metas de redução de emissões, incluindo as estabelecidas pelo Acordo de Paris e o Plano Carbono Neutro do Distrito Federal, que visa diminuir 20% das emissões até 2025 e 37,4% até 2030, tomando 2013 como ano base. Observou que o DF já conta com inventário de emissões, plano de mitigação e plano de adaptação, além do plano de ação climática instituído por decreto, posicionando-o favoravelmente em relação a outras capitais. A Calculadora Verde foi idealizada para prever o impacto das ações governamentais em termos de emissões, utilizando a metodologia bottom-up, que aplica

dados locais. A ferramenta permite avaliar emissões evitadas, adicionais e remoções de gases de efeito estufa, utilizando o CO2 equivalente como medida de referência. Leandro finalizou mostrando a estrutura da calculadora e passou a palavra para Jéssica/IPE/DF, que detalharia o funcionamento da ferramenta. Jéssica/IPE/DF apresentou a interface da Calculadora Verde, acessível pelo GeoPortal e pelo site do IPE/DF. Ela destacou que a página inicial da ferramenta exibe os eixos disponíveis e fornece um link para o IPE/DF, onde os usuários podem acessar relatórios detalhados com metodologias e apêndices de cálculo. Para ilustrar o funcionamento da ferramenta, Jéssica apresentou exemplos de uso, como a análise do projeto BRT Norte, onde informações sobre a frota e o combustível permitiram estimar a redução de emissões. Com a substituição parcial de combustível para biodiesel, as emissões evitadas aumentaram significativamente, demonstrando a sensibilidade da calculadora. Em outro exemplo, ela avaliou o impacto da expansão urbana com parcelamento do solo em áreas não infraestruturadas, apresentando o potencial de mitigação de emissões com o uso de energia fotovoltaica, compostagem domiciliar e reflorestamento. Ela também explicou a seção de recuperação de áreas degradadas, onde projetos de arborização contribuem para a remoção de carbono e a geração de créditos de carbono. No setor energético, apresentou o projeto de eficiência energética do metrô, que visa economias significativas e créditos de carbono com o uso de usinas fotovoltaicas. Na área de resíduos, Jéssica demonstrou o impacto da ampliação de compostagem sobre as emissões, mostrando a possibilidade de evitar 21 mil toneladas de CO2 anuais. Ela concluiu explicando que os relatórios metodológicos, notas explicativas e sumário executivo estão disponíveis no site para uma visão completa e detalhada da ferramenta. Não havendo mais colocação o Presidente deu por encerrada a reunião.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
Presidente do CONAM/DF

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre autorização à empresa CIPLAN para importação de resíduos combustíveis alternativos, de outras unidades da federação, para coprocessamento em fornos de clínquer no Distrito Federal.

O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, em sua 176ª Reunião Ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2024, no uso das competências que lhe confere os incisos III, X e XVI, do artigo 3º de seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, publicado no DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2017 e, Considerando o Ofício nº 041/2023 - CIPLAN/MA;

Considerando o art. 10, § 3º, da Lei Distrital 5.418, de 27 de novembro de 2014;

Considerando a Decisão 12/2023 CONAM/DF;

Considerando o Relatório final do grupo de trabalho do CONAM/DF, criado para relatar o Processo nº 00393-00000156/2023-46 - CIPLAN, que solicita autorização do Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF para recebimento de resíduos sólidos (combustível alternativo) oriundos de outros Estados e coprocessamento em fornos de clínquer no DF - SEMA/DF;

Considerando a Decisão 23/2024 CONAM/DF;

Neste processo específico sugere-se conceder autorização à empresa CIPLAN/MA, em resposta ao Ofício 41/2023, para a importação de resíduos se dará nos termos da Resolução 01/2024 CONAM/DF e demais regramentos legais admitidos no processo de licenciamento pelo órgão ambiental, resolve:

Art. 1º Autorizar à empresa CIPLAN/MA, em resposta ao Ofício 041/2023 CIPLAN/MA, a importar resíduos combustíveis alternativos de outras unidades da federação para coprocessamento em fornos de clínquer no DF.

Parágrafo único: a importação de resíduos combustíveis alternativos e o coprocessamento em fornos de clínquer se dará nos termos da Resolução 01/2024 CONAM/DF, do Relatório CONAM/DF e demais regramentos legais admitidos no processo de licenciamento pelo órgão ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
Presidente do CONAM/DF

DECISÃO Nº 26, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024

O PRESIDENTE DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso XI, do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF e, de acordo com as deliberações da 176ª reunião ordinária do Conselho, ocorrida no dia 03/12/2024, decide:

I - aprovar o calendário anual de reuniões ordinárias 2025 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF: a) 177ª Reunião Ordinária, dia 11/02/2025; b) 178ª Reunião Ordinária, dia 08/04/2025; c) 179ª Reunião Ordinária, dia 24/06/2025; d) 180ª Reunião Ordinária, dia 19/08/2025; e) 181ª Reunião Ordinária, dia 21/10/2025; f) 182ª Reunião Ordinária, dia 02/12/2025.

II - As reuniões ordinárias do CONAM/DF acontecerão às terças feiras, com abertura em primeira chamada às 8h30 e segunda chamada às 9h, em local indicado na convocação, respeitando o quórum estabelecido no Decreto 38.001/2017.

III - Publique-se.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal